

Tabela 05 - Legislações dos municípios da região Sul do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Araranguá	Áreas de Preservação	Lei Orgânica do Município de Araranguá.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Araranguá.	As dunas existentes na orla marítima, no espaço geográfico compreendido na profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terras, do ponto em que passava a linha do preamar médio de 1831, são áreas de preservação permanente. Exceto a área destinada à fixação da Barra do Rio Araranguá, identificada por projeto técnico e o relatório de impacto do meio ambiente (RIMA) expedido pela Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente - FATIMA, ou órgão competente da área. Nos locais em que há edificações, estas podem ser reparadas, ficando proibido, no entanto, novas edificações.
				Ficam declaradas Reservas Biológicas as Lagoas do Caverá, da Serra e do Bicho e o Açude Belinzoni. As faixas de domínio das lagoas de que trata o caput serão definidas em lei (estas leis não foram encontradas). Fica declarada Reserva Biológica, a área compreendida nos mangues e banhados existentes na localidade de Ilhas, no Distrito de Hercílio Luz, dispondo a lei sobre sua delimitação geográfica.
				Ficam tombadas, como patrimônio paisagístico, as dunas e a vegetação natural, compreendidas nos espaços geográficos do Balneário Morro dos Conventos e no Distrito de Hercílio Luz. Nos locais em que há edificações, estas podem ser reparadas, ficando proibido, no entanto, novas edificações.
				São de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios que cortam o Município, em faixa marginal cuja largura mínima será definida na forma da lei; e ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, na forma da lei.
	Navegação	Lei Orgânica do Município de Araranguá.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Araranguá.	Os rios do Município são considerados para fins de classificação das águas interiores na classe II ou equivalente, que implica uso humano após tratamento, balneabilidade, recreação e pesca.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 1.891, de 24 de maio de 1999.	Proíbe o exercício da pesca em área que menciona e dá outras providências.	Fica proibida a pesca com auxílio de rede fixa e uso de âncora, na faixa compreendida entre os limites dos Municípios de Balneário Arroio do Silva e o Município de Içara.

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Araranguá	Política	Lei Orgânica do Município de Araranguá.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Araranguá.	Poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores: agricultura, pecuária e pesca.
Balneário Arroio do Silva	Crédito	Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Arroio do Silva.	O Município instituirá plano de assistência ao pescador artesanal no período de defeso, criando alternativas de trabalho temporário, em convênio com a União e o Estado.
	Gestão			Criar base institucional comunitária e participativa para promover o gerenciamento pesqueiro, através da implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, constituído de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo das entidades ligadas à pesca, ao meio ambiente e as comunidades pesqueiras.
	Navegação			O Município poderá articular-se com o governo Federal e Estadual, visando a implantação e operação dos serviços de busca e salvamento, objetivando exercer a proteção e a segurança dos pescadores artesanais.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Arroio do Silva.	A pesca com rede de espera ou arrasto, só é permitida com malha de no mínimo três e meio entre nós. Fica assegurado ao pescador artesanal, profissional ou armador, o direito de pesca nas lagoas do Município, na época da pesca, determinada por órgão competente.
	Política	Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Arroio do Silva.	A lei estabelecerá planos, normas e diretrizes que visem o desenvolvimento da pesca no Município, devendo, obrigatoriamente participar as entidades representativas dos pescadores.
Balneário Rincão	Áreas de Preservação	Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	Para os rios e lagoas do Município, em todo o seu perímetro, fica declarada como sendo área de preservação permanente, um raio mínimo de cinquenta metros, o qual será assegurado com: a implantação no local de um serviço de fiscalização; e, também a proibição de qualquer tipo de construção na área.

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Rincão	Crédito	Lei nº 20, de 25 de março de 2013.	Fica autorizado o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar, bem como utilizar recursos nas ações de promoções de apoio e incentivo à atividade.	Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de (devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais; em óleo diesel... etc) após o primeiro ciclo de produção.
	Cultura	Lei nº 113, de 16 de abril de 2014.	Institui o " <i>Dia Municipal do Pescador</i> " no Município de Balneário Rincão.	<p>Fica instituído o Dia Municipal do Pescador no Município de Balneário Rincão, que deverá ser comemorado, anualmente, em 29 de junho.</p> <p>Na semana que antecede o Dia do Pescador o Poder Executivo fica autorizado, por meio de seus órgãos competentes, ou ainda através de parcerias promoverem: palestras, cursos e feiras incentivando a profissão de pescador; aprimorar as técnicas de pesca de espécies marinhas e de água doce, conscientizando cada vez mais quanto aos seus períodos reprodutivos; conscientizar o pescador de sua importância econômica diante de sua atividade desenvolvida na cidade; sensibilizar a população quanto ao papel importante do pescador; desenvolver atividades concomitantes com as necessidades apresentadas pelos pescadores.</p>
	Fiscalização	Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	<p>Compete ao Município coibir, através do fiscal de meio ambiente, fiscais ecológicos e órgãos estaduais, a pesca e a caça de animais em extinção, bem como fora da temporada permitida, em conformidade com a legislação federal e estadual vigentes.</p> <p>O apoio à fiscalização da pesca será exercido por delegação do Conselho, contará com o apoio logístico do Executivo Municipal e será exercido por membros do Conselho Municipal de Pesca e por cidadãos escolhidos dentre aqueles indicados pelas comunidades pesqueiras organizadas do Município.</p>

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Rincão	Gestão	Lei nº 20, de 25 de março de 2013.	Fica autorizado o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar, bem como utilizar recursos nas ações de promoções de apoio e incentivo à atividade.	O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (ou similar), Prefeitura Municipal, Membro da Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Desenvolvimento Rural, uma entidade ambientalista ligada a preservação do meio ambiente e entidade ligada a pesca.
		Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	Criar base institucional comunitária e participativa, para promover o gerenciamento pesqueiro, através da implantação do Conselho Municipal de Pesca, constituído de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, de instituições ligadas à pesca e ao meio ambiente e das comunidades pesqueiras locais.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	Incumbe ao Poder Público Municipal, através de seus órgãos de administração direta e indireta proibir a pesca predatória, principalmente no período de reprodução.
	Política	Lei nº 20, de 25 de março de 2013.	Fica autorizado o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar, bem como utilizar recursos nas ações de promoções de apoio e incentivo à atividade.	Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores localizados no município de Balneário Rincão.
		Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	É da competência administrativa do Município o exercício das seguintes medidas: conceder incentivo ao comércio, à indústria, à agricultura, à pesca, ao turismo, ao meio rural, aos órgãos de defesa da natureza e a outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico.

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Rincão	Política	Lei Orgânica do Município de Balneário Rincão.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Rincão.	O Município definirá política específica para o setor pesqueiro local, em consonância com as diretrizes dos Governos Estadual e Federal, promovendo seu planejamento, ordenamento e desenvolvimento enfatizando sua função de abastecimento alimentar através da implantação de mercados de pescados na sede e distritos, provimento de infraestrutura de suporte à pesca, incentivo à implantação do sistema de informação setorial. Na elaboração da política pesqueira o Município garantirá efetiva participação da comunidade da pesca, através de suas representações de classe. Incumbe ao Município criar mecanismos de proteção e preservação de áreas ocupadas por comunidades de pescadores, assegurando seu espaço vital.
	Qualificação			O Município deve promover permanente adequação dos conteúdos dos currículos escolares das comunidades relacionadas econômica e socialmente à pesca, a sua vivência, realidade e potencialidade pesqueira.
Içara	Áreas Preservação	Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	Ao longo das margens dos riachos, córregos, rios lagos e lagoas a Zonas de Preservação de Recursos Naturais - ZPN dividem-se da seguinte forma: I - Faixa de 0 a 15m (zero a quinze metros); II - Faixa de 15 a 30m (quinze a trinta metros); III - Faixa de 30 a 50m (trinta a cinquenta metros) na Lagoa do Faxinal; IV - Faixa de 30 a 50m (trinta a cinquenta metros) nos demais lagos e lagoas; V - Faixa de 50 a 100m (cinquenta a cem metros) em todos os lagos e lagoas.
				As faixas de areia de praia são consideradas de preservação permanente, sendo proibida a extração de areia, construção de rampas ou pavimentação de qualquer natureza.

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Içara	Áreas de Preservação	Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	Das Zonas de Preservação de Recursos Naturais - ZPN. As zonas de preservação de recursos naturais - ZPN destinam-se a preservar recursos naturais, hídricos e do solo, e a recuperar ou manter intactas condições ecológicas e paisagísticas. As ZPN são definidas com base na legislação Federal e Estadual.
		Lei Orgânica do Município de Içara.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Içara.	A Lagoa do Faxinal, em todo o seu perímetro, num raio de cinquenta metros, fica declarada área de preservação permanente, o que será assegurado com as seguintes medidas: implantação no local de um serviço de fiscalização; proibição de qualquer tipo de construção na área; aquisição de terra e indenização de benfeitorias, quando for o caso.
	Fiscalização	Lei nº 1.807, de 01 de julho de 2002.	Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Içara.	São finalidades básicas da Fundação: colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e na disciplinação e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no município.
		Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	Compete ao Município auxiliar o Estado e a União na fiscalização das ZPN, no que respeita ao cumprimento da legislação Federal e Estadual relativas à preservação do meio ambiente.
	Infraestrutura	Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	Ao longo das margens dos riachos, córregos, rios lagos e lagoas, serão consideradas "non aedificandi" as faixas descritas: I - Faixa de 0 a 15m (zero a quinze metros); II - Faixa de 15 a 30m (quinze a trinta metros); III - Faixa de 30 a 50m (trinta a cinquenta metros) na Lagoa do Faxinal.
				As terras de marinha são consideradas "non aedificandi", exceto para implantação de obras de infraestrutura urbana ou suporte ao veraneio. Os atracadouros e demais equipamentos dos portos de lazer, dos portos de pesca artesanal e dos terminais pesqueiros, deverão possuir uma distância mínima entre si de 4.000m (quatro mil metros).
				Caberá ao Poder Público Municipal definir e implantar vias de acesso público às margens das lagoas as quais deverão terminar em praças de retorno.
				Quando autorizada a construção de atracadouros, marinas e plataforma pesqueira, deverá ser reservado local para a passagem de pedestres.

(continua)

Tabela 05 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Içara	Infraestrutura	Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	São proibidas as obras de defesa dos terrenos litorâneos contra a erosão provocada pelo mar, que possam acarretar diminuição da faixa de areia de praia.
	Navegação	Lei nº 842, de 02 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso do solo urbano às zonas do município de Içara.	O poder público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, da navegação. É proibida toda ocupação e uso das praias contrárias a sua destinação principal ao uso público comum.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 1.387, de 26 de maio de 1998. (Acrescido pela Lei nº 1675/2001)	Proíbe o exercício da pesca em área que menciona e dá outras providências.	Fica proibida a pesca com auxílio de rede fixa e uso de âncora, na faixa compreendida entre as plataformas de pesca do Balneário Rincão e até 700 metros adentro do Oceano Atlântico a partir da linha da Avenida Beira Mar. A pesca com uso do calão, é permitida somente de 1º de maio a 31 de agosto, nos limites da Rua número 20 até a Rua Castro Alves, no Balneário Rincão.
		Lei nº 1.396, de 10 de junho de 1998.	Proíbe o exercício da pesca em área que menciona e dá outras providências.	Fica proibida a pesca com auxílio de rede fixa e rede de arrastão, só é permitida tarrafa com malha acima de 05 (cinco) centímetro, em todas as lagoas do Município de Içara.
		Lei nº 2.402, de 22 de junho de 2007.	Proíbe atividades na Lagoa do Jacaré no Município de Balneário Rincão.	Ficam proibidas as seguintes atividades na Lagoa do Jacaré no Balneário Rincão: pesca, exceto com a utilização de vara e com anzol.
Passo de Torres	Gestão	Lei Complementar nº 13, de 28 de dezembro de 2011.	Institui o Plano Diretor do Município de Passo de Torres.	O Conselho Municipal da Cidade será composto por dez membros efetivos, além dos seus respectivos suplentes, com mandato de 02 anos, da seguinte forma: 01 representante dos pescadores locais.
	Política			O Plano Diretor do Município de Passo de Torres é instrumento orientador e normativo da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, definindo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do Município, tendo em vista as aspirações da população.
	Política			São ações estratégicas no campo do desenvolvimento econômico: investir no setor de pescado.

(continua)

Tabela 05 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
São João do Sul	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 15, de 28 de março de 2013.	Institui o Plano Diretor do Município de São João do Sul.	A Lagoa do Sombrio está na Macrozona de Desenvolvimento Turístico em função de seu potencial paisagístico devem ter atividades compatíveis com uma visão conservacionista do meio ambiente e ao mesmo tempo passível de utilização econômica controlada, tais como as atividades vinculadas ao turismo. A delimitação da Macrozona de Desenvolvimento Turístico tem por objetivos: conservar os recursos naturais do município, garantindo a manutenção de sua paisagem natural, e em especial o complexo lagunar do Sombrio; e criar uma zona de transição entre as áreas destinadas à atividade econômicas de serviços e industriais e as áreas de preservação permanente das lagoas e lagoas.
				A Macrozona de Preservação Permanente corresponde aos entornos da Lagoa do Sombrio e da Lagoa do Piritu, as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos de água correntes e dormentes no Município. A delimitação da Macrozona de Preservação Permanente tem como objetivos: preservar e recuperar, quando for o caso, os ecossistemas naturais e possibilitar a criação de Unidades de Conservação no território Municipal de São João do Sul.
	Política			São ações estratégicas no campo do meio ambiente: implantar Política Regional de Preservação do Complexo Lagunar do Sombrio.